

----- Mensagem original -----

**Assunto:**Resposta Ofício Circular n.º 31/2008/SECEX/MMA

**Data:**Tue, 14 Oct 2008 17:32:28 -0300

**De:**Adilson Gil <[adilsonpgil@bol.com.br](mailto:adilsonpgil@bol.com.br)>

**Para:**[dominique.louette@mma.gov.br](mailto:dominique.louette@mma.gov.br)

Ofício n.º /2008 – Gabinete/SUPES/IBAMA/RJ

Rio de Janeiro (RJ), de de 2008.

À Excelentíssima

Senhora Secretária Executiva Izabella Texeira,  
Ministério do Meio Ambiente.  
Esplanada dos Ministérios, Bloco “B”, 6º andar.  
Brasília, Distrito Federal.  
CEP: 70.068-900

Assunto: Monitoramento e análise dos efeitos da aplicação da Resolução CONAMA n.º 369/2006.

Ref.: Processo n.º 02022.001045/2007-10.

Excelentíssima Senhora Secretária Executiva,

Com as devidas escusas pelo não encaminhamento, a contento, das informações requisitadas nos documentos anteriores de mesmo teor, cabem as seguintes manifestações:

1 – Preliminarmente, cabe informar que a Superintendência do Ibama no Rio de Janeiro não executa licenciamentos e, principalmente, a partir da Lei Federal 11.284/06, que ratificou as competências estaduais para as autorizações de supressão e intervenção em APP, houve, somente, uma solicitação analisada por esta autarquia, na forma de anuência prévia, mais por força do Decreto 750/93, vigente à época;

Também há ciência de uma solicitação de intervenção em APP, na forma de anuência prévia, para empreendimento localizado no interior de APA que, devido a inexistência de chefe da unidade vinculada ao ICMBio, foi analisada e autorizada pelo Ibama, mas que, porém, encontra-se sob nova análise pelo ICMBio;

2 – Não houve negativa nestes dois casos;

3 –

a) Implantação de complexo siderúrgico, Art.2º, inc. I, alínea “b”, supressão de mangue;

b) Construção de terminal rodoviário, Art.2º, inc. I, alínea “b”, margem em até 30 metros;

4 - Conforme item anterior;

5 – Apesar de não executarmos licenciamentos, a dificuldade de interpretação da Resolução são as interfaces com outras normas legais que, também, regulam a utilização de APP e, no Estado do Rio de Janeiro, o bioma Mata atlântica, gerando alguns conflitos de entendimento e competência;

6 – Apesar de não executarmos licenciamentos, uma das maiores dificuldades para a sua aplicação é o questionamento por Procuradores do Ministério Público Federal quanto à legalidade da Resolução, e, também, há que se destacar, sobre a necessidade de entendimento consolidado pela AGU de qual esfera do executivo é competente para a devida declaração para cada caso.

7 – Avaliamos que a lista de empreendimentos, planos e obras não deva ser apresentada em lista exaustiva, e sim, conforme a caracterização, por motivos claros e objetivos, o mesmo seja identificado como de utilidade pública ou interesse social.

Ressalto que as autorizações e manifestações emitidas por esta Superintendência não eram emitidas com algum controle por este aspecto, podendo que as informações descritas possuam pequenas diferenças.

Avalio como pertinente, considerando que as mesmas estão vinculadas a outra autarquia, que as unidades de conservação federais no Estado do Rio de Janeiro sejam consultadas diretamente, a fim que sejam informadas sobre outras autorizações prévias que tiveram em seu cunho possíveis intervenções em APP;

Respeitosamente,

Adilson Gil  
Superintendente  
IBAMA RJ